

Education at a Glance 2007: OECD Indicators

Summary in Portuguese

Panorama sobre a Educação 2007: Indicadores da OCDE

Sumário em Português

- O *Panorama sobre a Educação* é um compêndio anual de informação sobre os sistemas de educação na OCDE e países associados. Foca as seguintes áreas-chave: participação e prestações na educação; investimento público e privado, educação ao longo da vida; e condições escolares para alunos e professores.
- A edição de 2007 dá especial atenção ao ensino superior e revela que – apesar da sua rápida expansão – não existem ainda sinais de que as qualificações educativas estejam a perder o seu valor.
- E, pela primeira vez, o *Panorama sobre a Educação* explora a questão da eficiência na educação e fornece algumas indicações sobre o esforço que será necessário caso se pretenda que o ensino atinja a mesma relação de valor/investimento encontrada noutras profissões.

O *Panorama sobre a Educação* constitui a resenha anual da OCDE sobre a informação e análise da educação fornecendo uma rica, comparável e actualizada variedade de indicadores sobre os sistemas de educação nos 30 países membros da OCDE e numa série de países parceiros. As principais áreas abrangidas são:

- Participação e prestações na educação
- Despesa pública e privada na educação
- Balanço da aprendizagem ao longo da vida
- Condições para alunos e professores

A edição de 2007 investiga os efeitos da expansão do ensino superior nos mercados de trabalho. As taxas de diplomados do ensino superior têm crescido significativamente nos países da OCDE nas décadas mais recentes, mas será que o aumento da oferta de trabalhadores com níveis de qualificação elevados tem sido acompanhado pela criação de empregos melhor remunerados? Ou será que todas as pessoas com um diploma universitário se contentarão, no futuro, com o salário mínimo? Tendo em conta os dados mais recentes e indicadores comparáveis entre os países da OCDE, a publicação *Panorama sobre a Educação 2007* revela que a expansão do ensino superior teve um impacto positivo para o indivíduo e para as economias nacionais e que não há, por enquanto, sinais de uma “inflação” do valor das qualificações.

Pela primeira vez, a publicação *Panorama sobre a Educação* também analisa a questão da eficiência da educação (Indicador B7). Embora este indicador seja ainda exploratório, revela a medida do esforço necessário para que o ensino se reinvente a si próprio, tal como outras profissões já o fizeram, de modo a fornecer uma melhor relação custo/eficiência num momento de crescentes pressões nos orçamentos públicos.

Aspectos principais desta edição:

Houve um progresso considerável no número de indivíduos que completam o ensino secundário nos países da OCDE.

Em 22 dos 29 países da OCDE e nos parceiros económicos da Estónia, Israel, Federação Russa e da Eslovénia, 60% ou mais dos adultos já completaram pelo menos o ensino secundário, enquanto 26% completaram o ensino superior. Consta-se que:

- A proporção de indivíduos entre os 25 a 34 anos em todos os países membros da OCDE que concluíram o ensino secundário é em média 13 pontos percentuais mais alta que a da faixa etária entre os 45 e os 54 anos. Esta tendência é particularmente acentuada na Bélgica, França, Grécia, Irlanda, Itália, Coreia do Sul, Portugal e Espanha, assim como no parceiro económico Chile, os quais viram um aumento de 20 pontos percentuais ou mais no número de jovens adultos que completaram o ensino secundário.

Tabela A1.1a. Desempenho Educacional – população adulta (2005)



The table displays educational performance indicators for the adult population in 2005 across various OECD countries. It includes columns for indicators such as 'Percentage of adults with lower secondary education', 'Percentage of adults with upper secondary education', and 'Percentage of adults with tertiary education'. The table is organized by country, with rows for each country and columns for different educational levels. The data shows that in 2005, a significant portion of the adult population in most OECD countries had completed at least lower secondary education, with some countries showing higher rates of tertiary education completion.

- Em todos os países da OCDE, os jovens adultos (25-34 anos) têm três vezes mais probabilidade de se terem diplomado em ciências do que outros adultos (55-64 anos). No entanto, esta proporção desce para menos de duas vezes para o caso das engenharias. Na Dinamarca, Alemanha, Hungria e Noruega, em breve irão sair mais engenheiros do mercado de trabalho do que os que entraram em anos recentes.

- Entre a população mais jovem a tendência vai para as ciências sociais, ciências empresariais e direito. Quase um terço da população adulta ingressou nestas áreas de estudo. Os jovens adultos detêm quase 3.5 vezes mais graus individuais nestas áreas do que os adultos mais velhos.

- A proporção das faixas etárias mais novas e mais velhas a enveredar pelos estudos na área da educação está próxima de 1 nos países da OCDE. Na Dinamarca, Alemanha, Holanda, Suécia e no Reino Unido esta proporção é inferior a 1, indicando um potencial problema para encontrar educadores visto que não haverá educadores suficientes para substituírem os que se reformarão nos próximos anos.

No entanto observam-se variações no desempenho de jovens de 15 anos entre programas de ensino geral (de prosseguimento de estudos) e vocacional (profissionalizante).

Em 9 dos 10 países da OCDE para os quais há dados disponíveis, os resultados do PISA 2003 revelam que os jovens de 15 anos em programas profissionais e pré-profissionais apresentam resultados estatisticamente significativos de desempenho inferior em matemática, comparativamente àqueles que frequentam os cursos gerais (de prosseguimento de estudos). Em média, no conjunto dos países da OCDE, os jovens de 15 anos inscritos em programas gerais (de prosseguimento de estudos) revelam um desempenho superior em 45 pontos, e após o ajuste de factores socio-económicos a diferença ainda se mantém em 27 pontos de diferença.

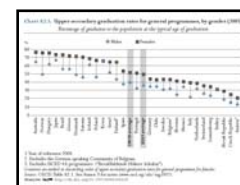
Mais jovens concluem o ensino secundário e o equilíbrio entre os géneros está a mudar.

Desde 1995, a taxa de conclusão do ensino secundário tem aumentado a uma média de 7% nos países da OCDE com informação comparável. Em 21 dos 24 países da OCDE, a taxa de conclusão excede os 70%, enquanto que na Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Japão, Coreia e Noruega é igual ou superior a 90%. Entretanto, a disparidade entre as taxas de conclusão do México e da Turquia e os outros países da OCDE está a diminuir.

- As mulheres têm agora mais probabilidade de concluir o ensino secundário que os homens – um reverso do padrão histórico. A taxa de conclusão para as mulheres é mais baixa que a dos homens apenas na Coreia, Suíça e Turquia; são iguais à dos homens apenas no país parceiro da Eslovénia.

- Enquanto em muitos países os homens têm mais probabilidade de seguir cursos profissionais, em quase metade dos países representados, ou não existe diferença entre os géneros ou há uma maior proporção de mulheres a enveredar

Quadro A2.3. Taxas de conclusão do Ensino Secundário em programas gerais (orientados para o prosseguimento de estudos), por género (2005)



por este tipo de estudos.

O número de diplomados do ensino superior também está a aumentar.

No conjunto dos 24 dos países da OCDE com informação comparável, uma média de 36% dos alunos completaram um grau universitário tradicional. Na Áustria, Finlândia, Itália, Portugal, na República Eslovaca e na Suíça, as taxas de diplomados duplicaram ao longo dos últimos 10 anos. No entanto, existem grandes disparidades entre os países em termos das taxas de alunos que concluem com sucesso quer um grau universitário quer o ensino superior politécnico. Os indicadores mostram que:

- As taxas de diplomados de universidades tradicionais variam entre os 20% ou menos em países como a Áustria, Alemanha e Turquia e mais de 40% na Austrália, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Itália, Holanda, Nova Zelândia, Noruega e Polónia. Essas taxas de diplomados tendem a ser superiores em países onde os cursos são de menor duração.

- A taxa de diplomados de cursos de menor duração e de orientação profissionalizante (ensino politécnico) representa 9%, e a taxa de diplomados dos cursos conducentes a qualificações em investigação avançada corresponde a 1.3%.

- No conjunto dos 19 países da OCDE para os quais há informação disponível, uma média de 30% dos alunos inscritos no ensino superior não o conclui.

Quadro A3.1. Taxas de conclusão Superior -Tipo A (1995, 2000, 2005)



Existem grandes variações percentuais de jovens que esperam ingressar no ensino superior.

Cerca de 57% dos jovens de 15 anos em países da OCDE esperam ingressar na universidade, mas esta taxa varia entre valores tão altos como 95% na Coreia e valores tão baixos como 21% na Alemanha. Os indicadores mostram que as expectativas variam de país para país consoante os níveis de desempenho individuais, género, antecedentes socio-económicos e estatuto de imigração.

- A informação recolhida em 2003 através do Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) demonstra que as expectativas dos jovens de 15 anos, em termos da conclusão de um programa de nível superior, estão directamente relacionadas com o seu desempenho na matemática e na leitura.

- Independentemente das suas prestações académicas, os jovens de 15 anos de antecedentes socio-económicos mais baixos têm menos probabilidade de completar o ensino superior do que os de antecedentes socio-económicos de nível mais elevado.

- Na maioria dos países, os jovens de 15 anos descendentes de imigrantes têm maior probabilidade de concluir um programa de nível superior do que os seus pares do país de origem. As expectativas relativas destes alunos são ainda

mais elevadas quando comparadas com as de alunos do país de acolhimento com aptidões e antecedentes socio-económicos similares.

As escolas e as sociedades enfrentam grandes desafios na integração de imigrantes.

A migração internacional tornou-se uma questão-chave na maioria dos países da OCDE causando debates intensos sobre como podem os imigrantes ser integrados com sucesso nas sociedades e nos mercados de trabalho. O PISA acrescenta uma nova e importante perspectiva à discussão com a sua análise/diagnóstico do sucesso educacional dos alunos de 15 anos que provêm de famílias imigrantes. É evidente que no futuro surgirão desafios sérios para os sistemas educativos, especialmente na Europa. Os indicadores mostram que:

- Entre os 14 países da OCDE com populações imigrantes significativas, os alunos de primeira-geração ficam em média 48 pontos – equivalente a mais de um ano escolar – atrás dos seus colegas nativos na escala matemática do PISA. A desvantagem no desempenho de alunos de segunda-geração é ainda de uns significativos 40 pontos. No Canadá, Luxemburgo, Suécia e Suíça e no país parceiro de Hong Kong - China, os alunos de segunda-geração têm um desempenho significativamente melhor que os de primeira-geração, sendo a disparidade no desempenho reduzida a 31 pontos na Suíça e a 58 pontos na Suécia.

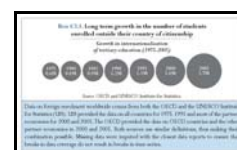
- A desvantagem no desempenho de alunos com antecedentes de imigração varia largamente entre os países membros, desde valores insignificantes na Austrália, Canadá e Nova Zelândia até mais de 90 pontos na Bélgica e Alemanha, mesmo para crianças de segunda-geração.

Poucos países podem dar-se ao luxo de confiar apenas nas famílias ricas em bens e/ou capital humano para fornecer à sociedade indivíduos com níveis de educação elevados.

O sucesso dos países, em termos de facultarem aos alunos de fracos recursos socio-económicos o acesso ao ensino superior, varia muito. O decréscimo de empregos não-qualificados em países desenvolvidos sugere que os trabalhadores pouco qualificados estão em risco de se tornarem um fardo social crescente e podem enfrentar desigualdades cada vez maiores. A necessidade de nivelar os patamares entre alunos de famílias economicamente mais favorecidas e menos favorecidas não é apenas uma questão de igualdade, mas também uma forma de aumentar o campo de recrutamento para empregos altamente qualificados e um aumento geral da competitividade no emprego. Os indicadores mostram que:

- Em muitos países, os alunos têm maior probabilidade de ingressar no ensino superior se os seus pais tiverem cursos superiores. A Irlanda e a Espanha facultam o acesso mais equitativo ao ensino superior enquanto na Áustria, França, Alemanha e Portugal os alunos de menores recursos socio-económicos têm apenas metade da probabilidade de ingressar no ensino superior do que a sua proporção na população poderia sugerir.

Caixa C3.1 Crescimento a longo prazo no número de alunos inscritos fora do seu país de nacionalidade.



Quanto mais tempo uma pessoa investe no ensino, maior é a probabilidade de obter emprego e ser melhor remunerado.

As economias dos países da OCDE dependem cada vez mais de uma oferta estável de trabalhadores bem qualificados, e esta é uma tendência que provavelmente aumentará. Consoante as populações dos países da OCDE envelhecem, os níveis mais altos de habilitação académica e uma idade de reforma mais tardia ajudarão a baixar as taxas de dependência e a aliviar o peso do financiamento das pensões públicas. Os indicadores mostram que:

- As taxas de emprego aumentam consoante o grau académico obtido na maioria dos países da OCDE. Com poucas excepções, a taxa de emprego para diplomados do ensino superior é significativamente superior à dos diplomados do ensino secundário.

- A taxa de emprego feminino é um factor essencial no cálculo das taxas globais de emprego. Os sete países – Dinamarca, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e o Reino Unido – com mais alta taxa de emprego para os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos também estão entre os que possuem maior taxa de emprego para a população feminina.

- As diferenças nas taxas de emprego entre homens e mulheres são maiores em grupos com menores habilitações académicas. Entre aqueles sem qualificações secundárias a possibilidade de estar empregado é 23% mais alta para os homens do que para as mulheres. Esta taxa desce para 10 pontos percentuais para os mais qualificados.

- No conjunto dos 25 países da OCDE e no país parceiro Israel, os indivíduos com cursos universitários e formação avançada para a investigação científica tinham rendimentos pelo menos 50% mais altos do que os indivíduos cujo nível máximo de escolaridade alcançado era inferior ao ensino secundário.

- Em todos os países estudados, a população feminina ganha menos do que a população masculina com iguais níveis de habilitações académicas. Elas ganham habitualmente entre 50% e 80% do vencimento auferido por homens com os mesmos níveis de escolaridade.

Os países da OCDE despendem 6.2% do seu PIB colectivo em instituições de ensino e estão a começar a pensar mais sobre a eficiência dos seus sistemas educativos.

A expansão da educação tem sido acompanhada por investimentos financeiros massivos. Entre 1995 e 2004, e para todos os níveis educativos combinados, a despesa em instituições de ensino aumentou em média 42% nos países da OCDE. Os indicadores mostram que no conjunto dos países da OCDE, os resultados da educação podem ser aumentados em 22% mantendo os níveis actuais de investimento, evidenciando-se o seguinte:

- A despesa com os serviços educativos fundamentais (excluindo actividades de investigação e desenvolvimento e serviços suplementares) em instituições de ensino superior é, em média, de 7 664 dólares americanos por

Tabela A9.1 [Taxas privadas internas de retorno para um indivíduo que obtenha uma licenciatura de nível universitário, ISCED 5/6 \(2003\)](#)



Tabela B2.1. [Despesa com instituições de ensino em percentagem do PIB para todos os níveis de educação \(1995, 2004\)](#)



aluno, variando desde 4 500 dólares americanos ou menos na Grécia, Itália, Polónia e Turquia, para mais de 9 000 dólares americanos na Austrália, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suíça e Estados Unidos.

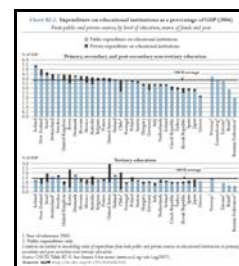
- Os países da OCDE gastam em média 81 485 dólares americanos por aluno ao longo da duração dos ensinos básico e secundário, variando entre menos de 40 000 dólares americanos no México, Polónia, Eslováquia e Turquia até 100 000 dólares americanos ou mais na Áustria, Dinamarca, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Suíça e Estados Unidos.

- Menos despesa por unidade não conduz necessariamente a menor desempenho. Por exemplo, as despesas acumuladas da Coreia e da Holanda estão abaixo das médias da OCDE, no entanto, ambos estão entre os países com melhor desempenho no inquérito PISA 2003.

As fontes privadas de financiamento para a educação estão a tornar-se cada vez mais importantes...

Em média, os países da OCDE destinam 13.4% do total da despesa pública às instituições de ensino, mas este valor varia entre 10% ou menos na República Checa, Alemanha, Grécia, Itália e Japão até mais de 20% no México e na Nova Zelândia. Em 2004, uma média de 87% das despesas em todos os níveis de ensino proveio de fontes públicas. Em todos os países para os quais existe informação comparável, para todos os níveis de educação combinados, o investimento público aumentou entre 1995 e 2004. No entanto, a despesa privada aumentou ainda mais em quase três quartos destes países. Cerca de 24% das despesas em ensino superior e 20% das despesas em instituições de ensino pré-escolar vieram de fontes privadas.

Tabela B2.2. Despesa com instituições de ensino em percentagem do PIB (2004)



... mas a proporção de financiamento privado, assim como as propinas, variam muito nos países da OCDE.

Observam-se grandes diferenças entre os países membros da OCDE e os países parceiros relativamente à média das propinas cobradas pelas instituições de ensino superior tipo-A. Um quarto dos países da OCDE (os nórdicos, a República Checa, Irlanda e Polónia) não cobra propinas no ensino público. Por oposição, as instituições públicas num quarto dos países da OCDE e países parceiros cobram propinas a alunos nacionais superiores a 1 500 dólares americanos. Entre os 19 países da União Europeia analisados, apenas 2 têm propinas anuais que representem mais do que 1 100 dólares americanos por aluno nacional a tempo inteiro, mas estas despesas relacionam-se com estabelecimentos de ensino privados dependentes de apoio estatal.

Nos países da OCDE onde os alunos têm de pagar propinas podem, não obstante, ter também acesso ao ensino superior tipo-A.

- Os países da OCDE onde se solicita aos alunos que paguem propinas e podem beneficiar de subsídios públicos especialmente significativos não demonstram níveis mais baixos de acesso ao ensino superior tipo-A, em comparação com a média da OCDE. Por exemplo, a Austrália (82%) e a Nova

Zelândia (79%) têm uma das mais elevadas taxas de entrada no ensino superior tipo-A e a Holanda (59%) e os Estados Unidos (64%) estão acima da média da OCDE. O Reino Unido (51%) está ligeiramente abaixo da média da OCDE (54%), embora a entrada no ensino superior tipo-A tenha registado um aumento de 4 pontos percentuais entre 2000 e 2005.

As pessoas estão a aproveitar as oportunidades de ensino quer mais cedo na vida como mais tarde, e cada vez mais pessoas procuram o ensino no estrangeiro.

Embora existam variações substanciais entre os países em termos das taxas de participação na educação e formação contínua não-formal em contexto laboral, em quatro dos países da OCDE – Dinamarca, Finlândia, Suécia e Estados Unidos – mais de 35% da população entre os 25 e os 64 anos participou nesse tipo de educação e formação nos últimos 12 meses.

- Os adultos com níveis mais altos de educação têm maior probabilidade de participar na educação e formação contínua não-formal em contexto laboral do que adultos com níveis mais baixos de educação.

- Em mais de metade dos países da OCDE, 70% das crianças entre os 3 e 4 anos estão inscritas quer no ensino pré-escolar quer no ensino primário. Nos 19 países europeus da OCDE essa proporção atinge os 75.9%.

- Em 2005, mais de 2.7 milhões de alunos universitários estavam inscritos em estabelecimentos de ensino fora dos seus países de nacionalidade, representando um aumento de 5% no total de alunos estrangeiros do ano anterior.

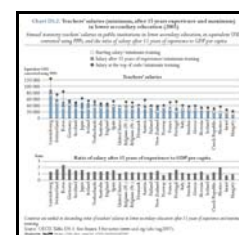
A duração dos cursos, salários dos professores e rácio de alunos por professor variam muito de país para país.

As decisões sobre quantas horas e anos os alunos passam na sala de aulas e as disciplinas que estudam, reflectem as prioridades e preferências nacionais. As limitações orçamentais também contribuem para moldar o ensino: os salários dos professores representam o maior custo individual na educação e, como tal, representam uma condicionante vital para os legisladores que procuram manter a qualidade do ensino bem como conter as despesas. Apesar do tamanho das turmas se ter tornado um tópico aceso em muitos países da OCDE, as evidências do seu impacto no desempenho dos alunos são díspares. Entre as evidências nestes aspectos intrínsecos da política educativa, salientam-se as seguintes:

- Entre os países da OCDE, o ensino da leitura, escrita e literatura, matemática e ciências, consiste em cerca de 50% do tempo de instrução obrigatório dos alunos entre os 9 e os 11 anos. Na Austrália e nos países parceiros do Chile e de Israel, 13% ou menos do currículo obrigatório é dedicado à leitura, escrita e literatura; enquanto em França, México e Holanda 30% ou mais do currículo obrigatório é dedicado a estas disciplinas.

- Os salários dos professores com, pelo menos 15 anos de experiência no

Tabela D3.2 Salários dos professores (mínimo, após 15 anos de experiência e máximo) no ensino secundário (2005)



ensino secundário, são mais de duas vezes o nível do PIB per capita na Coreia e no México; na Islândia, Noruega e no país parceiro de Israel os salários são 75% ou menos do que o PIB per capita. Estes salários variam entre menos de 16 000 dólares americanos na Hungria e 51 000 dólares americanos ou mais na Alemanha, Coreia e Suíça e mais de 88 000 dólares americanos no Luxemburgo.

- Embora a avaliação dos alunos em termos de responsabilização das escolas e a preparação de avaliações sejam cada vez mais comuns nos países da OCDE e dois terços dos países membros da OCDE tenham regulamentação que exige avaliação ou autoavaliação do 3º ciclo do ensino básico, muito poucos países fazem uso das avaliações das escolas e informação proveniente da análise contabilística das escolas para atribuir recompensas e/ou sanções financeiras às escolas.

- De 2000 a 2005, o tamanho médio das turmas não variou significativamente, mas as diferenças em termos do tamanho das turmas nos países da OCDE parecem ter diminuído. O tamanho das turmas diminuiu em países que tinham turmas relativamente grandes, como o Japão, Coreia e Turquia, e aumentou em países com turmas de tamanho relativamente pequeno como a Islândia.

© OECD 2007

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

